



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 10166.902395/2008-11
Recurso n° 874.107 Voluntário
Acórdão n° **3803-02.490 – 3ª Turma Especial**
Sessão de 15 de fevereiro de 2012
Matéria DCOMP
Recorrente EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ano-calendário: 2003

COMPENSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO ATÉ O LIMITE DO CRÉDITO.

Comprovada nos autos a existência de crédito do sujeito passivo aptos a absorver o débito, homologa-se a compensação até o limite do crédito verificado tributário quando do encontro de contas.

EXIGÊNCIA DE MULTA E JUROS DE MORA

Serão acrescidos de juros de mora os débitos do sujeito passivo para com a Fazenda Nacional, quando a Declaração de Compensação é transmitida após o vencimento do tributo.

Recurso Voluntário Negado.

Direito Creditório Não Reconhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

[assinado digitalmente]

ALEXANDRE KERN - Presidente.

[assinado digitalmente]

JORGE VICTOR RODRIGUES - Relator.

EDITADO EM: 29/04/2012

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Alexandre Kern, Belchior Melo de Sousa, Hélcio Lafeté Reis, João Alfredo Eduão Ferreira, Jorge Victor Rodrigues e Juliano Eduardo Lirani

Relatório

Cuidam os autos de PER/DCOMP por meio do qual busca o contribuinte compensar débito de Pis/Pasep, débito de de fevereiro/2003 com crédito de mesma natureza, referente a pagamento a maior do período de apuração janeiro/2003

A contribuinte vincula ao presente Pedido de Compensação pagamento, com vencimento em 15/02/2003, no valor de R\$ 2.084.000,00 .

A DRF em Brasília não homologou a compensação sob o fundamento de que o crédito não foi suficiente para compensar integralmente o débito solicitado.

Irresignada, a interessada oferece Manifestação de Inconformidade, alegando que:

a) a Infraero ao efetuar o pagamento de seus tributos, atendeu à legislação da ocasião do pagamento, agindo de boa-fé, e acreditando na boa-fé do Fisco. Abrigada na segurança jurídica e na legalidade administrativa, agiu segundo a lei, segura de que não se poderá repugnar o ato efetivado em conformidade com as normas regedoras da situação;

b) nesse sentido, declarou na DCTF a compensação, meio hábil para efetivar essa declaração, segundo a legislação, à época, e no prazo de entrega desse documento. Portanto, espera seja reconhecida esta compensação, desde o momento real de sua ocorrência, qual seja, quando do vencimento do prazo para adimplemento da obrigação em 15/03/2003;

c) O envio da PER/DCOMP somente se deu pela necessidade de retificar a declaração de compensação, sendo que a legislação vigente no momento de seu envio exigiu que a mesma fosse registrada, não obstante ela tenha sido desnecessária na época da real compensação.

Em face da manifestação de inconformidade, adveio o Acórdão proferido pela 4ª Turma da DRJ/BSA, que indeferiu por unanimidade, o intento da contribuinte, nos seguintes termos:

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ano-calendário: 2003

Compensação - Possibilidade até no Limite do Crédito do Sujeito Passivo.

Comprovada nos autos a existência de crédito do sujeito passivo contra a Fazenda Nacional, para absorver o débito tributário, efetua-se a compensação do débito tributário até no limite daquele crédito, dado que esta pressupõe existência de créditos para o encontro de contas débitos "versus" créditos.

Compensação em Atraso — Exigência de Multa e Juros de Mora.

Os débitos para com a União, decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, não compensados nos prazos previstos na legislação específica, serão acrescidos de multa e juros de mora.

Solicitação Indeferida.

Cientificada em 20/07/2010, a contribuinte interpôs Recurso Voluntário em 09/08/2010, guerreando o Acórdão proferido nos seguintes argumentos:

a) ao proceder à verificação do crédito que poderia ser utilizado para compensação de débitos para com a Receita, agiu dentro das normas vigentes à época, da solicitação de compensação. A forma de compensação era via DCTF, e aguardava-se a homologação do Fisco

b) a IN 600/2005, art. 61, informa que no envio de nova PER/DCOMP considera-se na apuração da compensação a data de envio da PER/DCOMP original, o que não foi aplicado ao caso da INFRAERO ao se desconsiderar-se a auto - compensação efetivada pelo contribuinte para fazer incidir sobre a mesma legislação posterior, o quê, não se coaduna com os princípios regedores da atividade tributária, em especial, o da irretroatividade da Lei Tributária.

c) não se encontra razão, legal, expressa ou implícita na lei, ou mesmo na Decisão ora impugnada, que justifique a anulação, pela Fazenda, da compensação efetuada na data do vencimento da obrigação adimplida, para entender que a mesma somente tenha ocorrido quando do envio da PERDCOMP;

d) A Fazenda Pública procedeu à edição de diversas Instruções Normativas, as quais não esclareceram com precisão a intenção da Receita Federal de que o pedido de compensação deveria ser feito na data de vencimento do tributo e não antes do envio da DCTF;

f) por fim, requer a reforma da Decisão guerreada, “*requer a recorrente seja acolhido o presente recurso para o fim de assim ser decidido, cancelando-se o débito fiscal reclamado.*”

É o relatório.

Voto

Conselheiro Jorge Victor Rodrigues

Insurge a contribuinte contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação levada a efeito pela contribuinte haja vista que o crédito não foi suficiente para quitar o débito declarado.

No seu sentir, a compensação deve ser homologada na sua integralidade posto que o débito foi compensado no vencimento, via informação na DCTF, sendo assim indevida a exigência de multa e juros de mora.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a apresentação da Declaração de Compensação é direito subjetivo do contribuinte de uso facultativo. O direito à compensação encontra-se previsto nos arts. 165 e 170, ambos do Código Tributário Nacional, senão vejamos:

Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

Art. 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.

Como de sabinça, o sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão mediante a entrega, de declaração na qual constarão informações relativas aos créditos utilizados e aos respectivos débitos compensados.

O artigo 74 da Lei nº 9.430/96, deu executoriedade no âmbito dos tributos federais, ao disposto no art. 170 do Código Tributário Nacional, e que consoante a doutrina dominante, não gera por si só, direito subjetivo à compensação.

Assim, a compensação no âmbito de tributos federais, somente se materializa com a apresentação da competente Declaração de Compensação — DCOMP, ocasião em que ocorre a extinção do crédito tributário, sendo valorados os créditos e débitos recíprocos dos sujeitos ativo e passivo da relação jurídico tributária.

Ocorre que apesar de não existir um prazo para a entrega da Dcomp na legislação tributária, justamente por trata-se de um direito de uso facultativo, deverá o contribuinte transmitir a compensação, após o nascimento do indébito, em um prazo de 5 anos a contar da data do fato gerador efetivamente ocorrido, sob pena de se operar a prescrição consumativa.

Quando da verificação do encontro de contas, ou seja, da apuração do valor correspondente ao crédito e do valor do débito, a autoridade fiscal constatou que o crédito declarado não foi suficiente para quitar o débito em sua integralidade, por isso a não homologação.

Do Despacho decisório constata-se que o pagamento discriminado pela contribuinte no valor de R\$ 2.800.000,000 foi integralmente utilizado para quitar os débitos do processo nº 10166.005366/2003-97, no valor de R\$ 655.556,06 e débitos do Pis/Pasep, período

de apuração 31/01/2003, no valor de R\$ 1.428.443,94, não restando saldo remanescente por conta da exigência de multa e juros pela compensação em atraso.

Tecidas estas considerações, observa-se que a contribuinte apenas apresentou a DCTF retificadora do 1º trimestre de 2003 após ciência da cobrança da exação, o que se deu tão-somente em 15/05/2003 e sem reconhecer quaisquer acréscimos a este título. Sobre estes valores, incidem juros de mora e multa de mora, tal qual previsto no art. 61 da Lei 9.430/1996 que trazemos a colação a seguir:

Art. 61. Os débitos para com a União, decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, cujos fatos geradores ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 1997, não pagos nos prazos previstos na legislação específica, serão acrescidos de multa de mora, calculada a taxa de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso.

§ 1º A multa de que trata este artigo será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento ou do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o dia em que ocorrer o seu pagamento.

§ 2º O percentual de multa a ser aplicado fica limitado a vinte por cento.

§ 3º Sobre os débitos a que se refere este artigo incidirão juros de mora calculados taxa a que se refere o § 3º do art. 5º, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês de pagamento.

Portanto, não assiste razão à contribuinte tendo em vista que a apresentação da retificadora, embora dentro do quinquênio legal, somente ocorreu após o início do procedimento fiscal de apuração do crédito e débito, quando restou demonstrado a inexistência de saldo credor para absorver a dívida com juros de mora e multa de mora consequentes do atraso.

Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao presente Recurso Voluntário e manter a decisão vergastada.

[assinado digitalmente]

Jorge Victor Rodrigues - Relator

CÓPIA